

Estado amplia limites do Parque Estadual Serra do Papagaio, no Sul de Minas

Ter 12 janeiro

O Parque Estadual Serra do Papagaio, que abrange cinco municípios do Sul do estado, ganhou nova delimitação, a partir de sanção de lei assinada pelo governador Romeu Zema.

O parque, uma das 93 unidades de conservação gerenciadas pelo [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#), está presente em Alagoa, Aiuruoca, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, área do bioma Mata Atlântica, na Serra da Mantiqueira.

Com as adequações, a área protegida é ampliada em aproximadamente 3 mil hectares, passando de 22.917 para 25.888 hectares. A mudança sancionada pelo governador Romeu Zema é fruto de projeto de lei dos deputados estaduais Antônio Carlos Arantes e Duarte Bechir.

Conservação

A alteração foi subsidiada por uma nota técnica produzida pelo IEF que ratifica a necessidade de readequação dos limites da unidade de conservação. De acordo com a gerente do parque, Lorena Brito, o principal objetivo da mudança é aumentar a efetividade da unidade de conservação.

“Algumas propriedades produtivas de bairros rurais estavam inseridas no parque pela delimitação original, o que não fazia sentido em termos de conservação ambiental. Agora, elas foram retiradas. Outras áreas de relevância para conservação, com fragmentos florestais significativos, foram inseridas, aumentando a proteção dessas áreas”, diz a gestora.

A mudança acrescenta 5,7 mil hectares aos limites do parque e retira outros 2,8 mil hectares, deixando um saldo que amplia a área. O Parque Estadual da Serra do Papagaio foi criado em 1998. A unidade possuiu estruturas como sede administrativa, centro de pesquisa com alojamento, hospedagem de visitantes e mais de 50 atrativos em sua área de abrangência.

Programa Parc

O Parque Estadual Serra do Papagaio é ainda uma das 20 unidades de conservação gerenciadas pelo IEF que fazem parte do [Programa de Concessão de Parques Estaduais \(Parc\)](#), lançado em abril de 2019.

O programa pretende estabelecer modelos de parcerias com o setor privado e o terceiro setor compatíveis com as necessidades das unidades de conservação estaduais. A iniciativa visa contribuir para a inovação na gestão de áreas protegidas, atrair investimentos, gerar empregos e ampliar recursos humanos e financeiros a serem empregados na conservação ambiental.